

Plenário aprova reajuste para 32 mil servidores federais

Aumento na remuneração de várias carreiras do Executivo e instituição do adicional por missão no exterior foram negociados no ano passado, mas somente agora o governo federal encaminhou proposta ao Congresso

Os senadores aprovaram ontem o projeto que eleva a remuneração de várias carreiras do Poder Execu-

tivo Federal e institui adicional por participação em missão no exterior, beneficiando 32.760 servidores. O aumento conce-

dido é de 18% a partir de 1º de julho deste ano, mais o mesmo percentual a partir de 1º de abril de 2011. O reajuste foi negocia-

do no ano passado e já consta do Orçamento deste ano, mas somente agora o governo federal encaminhou o projeto. **3**

Ex-delegado da PF confirma pedido para espionar José Serra

Onézimo Sousa disse ter recebido proposta de assessores da campanha de Dilma Rousseff. **5**

Onézimo (E), Azeredo, Alvaro Dias e Tuma na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência



JFreitas

Senadores elogiam reajuste de 7,72% a benefício superior a um salário mínimo

Paulo Paim, autor da proposta, considerou a decisão de Lula corajosa. A sanção presidencial, contra pressões de parte dos ministros, também foi elogiada por Mão Santa, Mário Couto, Serys Slhessarenko e José Agripino. **8**



Marcos Almeida

CPI das ONGs pode investigar prefeitura de Guarulhos

Vereador denuncia transferência irregular de recursos federais a entidades privadas. **5**

Heráclito Fortes (E) e o vereador Ricardo Rui: desvios somariam R\$ 37 milhões desde 2002

Monitoramento eletrônico de condenados agora é lei

Presos em liberdade temporária, regime semiaberto ou prisão domiciliar poderão ser monitorados por meio de tornozeleiras ou pulseiras. Proposta do senador Magno Malta foi sancionada na quarta-feira. **6**

Novo portal reduz distância entre Senado e sociedade

Foi lançado ontem em solenidade no Salão Nobre o novo site do Senado. Com visual mais moderno e novos recursos de interatividade, o endereço www.senado.gov.br

foi reformulado para aproximar ainda mais o Senado e a sociedade. Transparência e acesso facilitado foram os principais pontos destacados pelo presidente da Casa, José Sarney. **2**

Ao lançar a nova página, Sarney lembrou que preocupação em integrar o Poder Legislativo com novas mídias teve início em 1995

Cristina Gado



Sarney diz que abertura para a sociedade fez com que a Casa se tornasse “uma instituição forte e responsável por grande parte da história do país”

Cristina Gallo



A diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião, Ana Lucia Novelli, discursa, no Salão Nobre, durante a cerimônia de lançamento do novo site do Senado

Portal amplia transparência e aproxima Senado da sociedade, afirma Sarney

O LANÇAMENTO DA nova página do Senado Federal na internet, ontem, representou mais um passo rumo à modernização institucional e à ampliação da transparência de suas ações e do contato com o cidadão. Essa foi a avaliação feita pelo presidente da Casa, José Sarney, durante o evento, que reuniu senadores, dirigentes e servidores no Salão Nobre. A reformulação do site começou no primeiro semestre de 2009 e se orientou pelas diretrizes da União Interparlamentar, entidade que promove a interação entre parlamentos de diversos países.

Em seu discurso, José Sarney lembrou que sua preocupação de integrar o Poder Legislativo com as novas mídias teve início em 1995, quando presidiu o Senado pela primeira vez e estruturou seu sistema de comunicação.

– Naquela época, vi que tínhamos de aproximar o Senado da sociedade, e montar um sistema de comunicação que mostrasse o que se fazia aqui e desse ao povo condições de fiscalizar nossas atividades – disse.

Essa abertura para a socie-



Cristina Gallo

Entre os senadores Eptácio Cafeteira (E) e Antônio Carlos Valadares, José Sarney acompanha solenidade no Salão Nobre

dade fez com que o Senado se tornasse, conforme realçou em seguida, “uma instituição forte e responsável por grande parte da história do país e da unidade nacional”. Hoje, o aperfeiçoamento do contato da Casa com a população via rede mundial de computadores demonstraria, mais uma vez, que o Senado está em sintonia com as de-

mandas sociais por informação e transparência.

Integrante do Comitê Gestor da Internet no Senado, o diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra, ressaltou o fato de o lançamento do novo portal coincidir com a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de projeto que amplia o acesso do

cidadão a informações públicas. O texto (PLC 41/10), acolhido na quarta-feira, estabelece como dever do Estado disponibilizar informações de interesse dos brasileiros.

– Nesse momento, damos acesso a um portal dinâmico, moderno e, sobretudo, riquíssimo em informação – comemorou.

Facilidade de acesso e mais informação

Oferecer um maior número de serviços e conteúdos, com acesso direto, fácil e rápido, a partir de *links* disponíveis em uma única página. Esse o propósito que norteou a construção da nova página do Senado. São várias as facilidades oferecidas, a começar pelos recursos que permitem a comunicação com os senadores. O internauta tem agora ferramentas de acesso direto às páginas dos parlamentares e a informações sobre a Mesa diretora e as lideranças da Casa.

A nova página também permite acesso direto ao Portal da Transparência, com informações detalhadas sobre gestão administrativa e execução orçamentária do Senado.

O novo portal valoriza a divulgação de notícias, facilitando o acesso a textos, fotos, vídeos e áudios sobre tudo o que acontece na Casa. Esse conteúdo agora pode ser acessado em uma mesma página, mas o internauta também poderá ir direto para os sites da Rádio Senado, da TV Senado e do *Jornal do Senado*. As atividades do presidente do Senado poderão ser acompanhadas por meio da página da Presidência.

Está mais fácil a busca de informações sobre os trabalhos legislativos, como agenda e resultados das votações em Plenário e nas comissões. Os interessados terão, ainda, acesso a ferramentas para chegar a propostas que tramitam no Senado.

Acompanhamento *on line* das sessões do Plenário, acesso rápido ao Regimento do Senado e a íntegra dos estudos produzidos pela Consultoria Legislativa da Casa são outros serviços e facilidades oferecidos pelo novo portal.

Notícias, interatividade e acesso fácil

Uma das principais mudanças no novo site do Senado é a criação do Portal de Notícias, que reunirá os conteúdos produzidos pela **Agência Senado**, pelo **Jornal do Senado**, pela **TV Senado** e pela **Rádio Senado**. Numa mesma página, o internauta terá acesso a textos, fotos, vídeos, áudios e infográficos sobre tudo o que acontece na Casa. Além disso, o internauta terá acesso aos serviços disponibilizados pelas secretarias de Pesquisa e Opinião e de Relações Públicas. Abaixo, os principais conteúdos do novo portal

→ Redesenho da estrutura de navegação, centralizando no **Portal de Notícias** o acesso a todos os veículos e serviços da Secretaria Especial de Comunicação Social. A ideia, com base na tendência de convergência de mídias, é agrupar o conteúdo de forma a facilitar o acesso às notícias e à comunicação institucional do Senado.

→ Nova página da **Agência Multimídia**, com conteúdo jornalístico em áudio, vídeo e infografias, como complemento às matérias em texto e às fotografias.

→ Pesquisa temática de vídeos da **TV Senado** e áudios da Rádio Senado.

→ Possibilidade de acompanhar ao vivo os trabalhos das comissões e do Plenário por meio dos áudios captado pela **Rádio Senado** – e que ficarão disponíveis para *download*.

→ Nova página da Secretaria de **Relações Públicas**, com acesso a informações como a agenda de eventos do Senado, os contatos dos

senadores e acesso ao serviço Visite o Senado.

→ **Enquetes** em que o internauta pode opinar sobre temas em discussão no Congresso.

→ Acesso, pelo **Twitter**, às notícias da @Agencia_Senado, da @TVSenado e da @RadioSenado.

→ Criação do **Espaço do Leitor**, que permite interação com os internautas. Mensagens enviadas pelos leitores podem ser publicadas e respondidas.

→ **Envie seu vídeo** – espaço para que os cidadãos encaminhem vídeos com sugestões de projetos de lei. As propostas serão enviadas aos senadores e publicadas no site e no canal do Alô Senado no Youtube.

→ **Análise de Mídia** – Relatório produzido pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública enfoca os destaques e tendências do noticiário mês a mês.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Discursos parlamentares

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Romeu Tuma (PTB-SP) e Jorge Yanai (DEM-MT).



Waldemir Barreto

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Aumento é de 18% a partir de 1º de julho deste ano. Em 1º de abril de 2011, está previsto novo reajuste, também no percentual de 18%



Servidores públicos federais de várias carreiras do Poder Executivo acompanharam a votação das galerias: além dos aumentos, projeto institui adicional por participação em missão no exterior



Senadora Serys Slhessarenko no exercício da Presidência da Mesa

Aumento aprovado beneficia mais de 32 mil no Executivo

OS SENADORES APROVARAM ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 88/10) que eleva a remuneração de várias carreiras do Poder Executivo Federal e institui adicional por participação em missão no exterior.

O aumento concedido é de 18% a partir de 1º de julho deste ano, mais o mesmo percentual a partir de 1º de abril de 2011. O impacto previsto na folha salarial do governo federal é de R\$ 1,4 bilhão por ano. O reajuste foi negociado no ano passado e, inclusive, já consta do Orça-

mento deste ano. O governo federal, porém, somente agora encaminhou o projeto para o Congresso.

Entre 32.760 servidores contemplados, estão os pertencentes ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, agentes penitenciários federais, empregados do Hospital das Forças Armadas, além de membros da carreira de auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Os senadores Gim Argello

(PTB-DF), Augusto Botelho (PT-RR) e José Nery (PSOL-PA) manifestaram-se em Plenário favoravelmente à valorização salarial dos servidores federais.

– Prefiro que os recursos públicos sirvam para pagar os servidores, fortalecer o papel do Estado brasileiro na garantia de todas as políticas públicas necessárias ao real e bom desenvolvimento do nosso país, a economizar bilhões do Orçamento da União para pagar a impagável e criminosa dívida pública interna – afirmou José Nery.

Sarney celebra Estatuto da Igualdade Racial

O presidente do Senado, José Sarney, avaliou a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, ocorrida na quarta-feira, como um passo importante para o país. Após assinalar a unanimidade em torno da proposta, afirmou que a iniciativa leva o Brasil “a resgatar um pedacinho de sua dívida para com os negros”.

Em relação a mudanças no projeto original de Paulo Paim (PT-RS), como a eliminação das referências a raça, feitas pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), considerou natural ter gerado algum descontentamento.

– O Congresso foi feito para isso [estimular o confronto de ideias]. O texto do Estatuto da Igualdade Racial aprovado foi a forma encontrada de consenso, foi o que se pode fazer no momento – declarou.

Petro-Sal

Quanto ao veto do presidente Lula à derrubada do fator previdenciário, Sarney argumentou fazer parte do jogo democrático e que o Congresso também tem a possibilidade de derrubá-lo.

Em entrevista aos veículos de comunicação do Senado, confirmou o acordo de lideranças para votação do projeto que cria a Petro-Sal na próxima semana.

Azeredo: Dilma mentiu sobre dados educacionais

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) garantiu que a candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff, fez “afirmação mentirosa” ao dizer que “lei aprovada durante o governo do presidente Fernando Henrique” teria impedido que fossem criadas “centenas de escolas no Brasil”. Ele sustentou que esta não é a primeira vez que a candidata e o governo do PT “não falam a verdade” sobre a educação no governo anterior.

Azeredo explicou que o governo passado, pela Lei 9.649/98, dividiu entre a União, os estados e os municípios a responsabilidade pela manutenção das escolas. Segundo o senador, a lei dizia que novas escolas técnicas deveriam ser criadas pela União sempre em parceria com os estados, o setor produtivo ou entidades comunitárias. Assim, houve descentralização através de parcerias, que “levaram à ampliação da rede de ensino profissionalizante, com a construção de novas escolas técnicas”.

O objetivo da descentralização, explicou Azeredo, era permitir que as escolas técnicas estivessem em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho local.

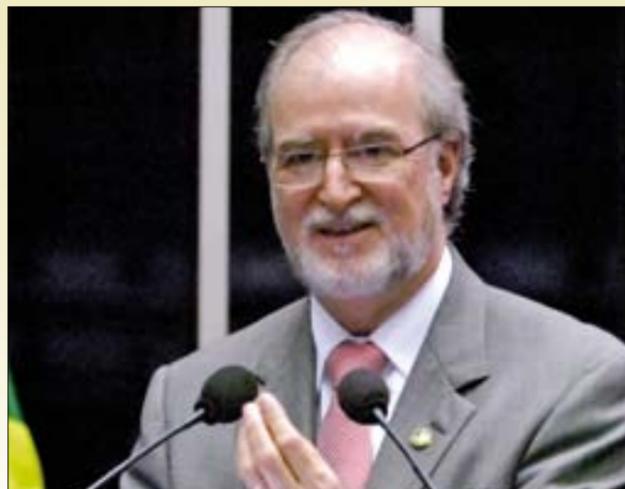
– Segundo o ex-ministro da Educação Paulo Renato, o presidente Lula, ao chegar ao governo, ‘federalizou’ estas escolas técnicas já em funcionamento e passou a apresentá-las como se tivessem sido criadas por seu governo – disse o senador.

Eduardo Azeredo observou que o governo Fernando Henrique Cardoso “deu importante passo à frente” na área educacional. Citou que, conforme o Monitoramento Global feito pela Unesco, entidade das Nações Unidas, o governo anterior elevou o número de matrículas escolares a ponto de o Brasil subir para a 37ª colocação, entre 127

países pesquisados em 2001 e 2002. Agora, acrescentou, o mesmo levantamento da UNESCO informa que o Brasil caiu para a 88ª posição.

– O governo e sua candidata espalham inverdades sobre as gestões do PSDB, na tentativa de fugir do debate, de fugir das reais comparações que devem ser feitas – disse.

O senador informou que apresentará proposta de emenda constitucional para elevar de 25 para 30 o percentual das receitas que os estados devem gastar em educação, e disse que, à época em que foi governador de Minas Gerais (1995/98), aplicou 45% em educação.



Lei do governo FHC descentralizou manutenção das escolas, explica Azeredo

Imprensa ignora candidato do PSOL, acusa José Nery

A imprensa nacional desconsidera a existência da candidatura de Plínio de Arruda Sampaio à Presidência da República pelo PSOL, acusou ontem o senador José Nery (PSOL-PA). A cobertura da grande mídia nacional se limita a três candidatos – Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV), disse.

Ao não concederem o mínimo de isonomia no tratamento das candidaturas, os veículos de comunicação “tentam enganar os brasileiros dos mais diversos estados”, na opinião do senador.

– Protesto firmemente contra o boicote, porque não é democrático oferecer uma cobertura jornalística que destaque apenas a existência de três candidaturas, que são legítimas dentro do sistema político que nós temos no país. Mas não é legítimo, nem legal, nem honesto tratar as candidaturas, inclusive a de outros partidos, não só a do PSOL, com a discriminação que temos presenciado – afirmou.

José Nery observou que Plínio de Arruda Sampaio, por sua história e por seu compromisso com “as lutas de transformação” no país, merece o respeito e a consideração dos brasileiros. Com 79 anos de idade e 55 de vida pública, o candidato do PSOL é hoje presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária.



César Borges sugeriu série de debates sobre crise na cacauicultura

CRA discute crise do cacau no Pará e no Espírito Santo

Os problemas do setor cacauieiro no Pará e no Espírito Santo serão discutidos na terça-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Requerida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Gerson Camata (PMDB-ES), a reunião dá sequência aos debates sobre a cacauicultura iniciados no ano

passado por sugestão de César Borges (PR-BA).

Foram convidados o superintendente da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira no Pará, Raymundo da Silva Mello Júnior; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, José Aparecido

dos Santos; o representante da Federação da Agricultura do Pará na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau, Francisco Alberto de Castro; e o assessor da Diretoria de Crédito e Fomento do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo Ricardo Santos.



Rosalba Ciarlini cobra atenção para a infraestrutura turística potiguar

Rosalba exalta festas juninas no seu estado

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) enalteceu as festas juninas em seu estado, especialmente as festividades de Santo Antônio, São João e São Pedro em Mossoró, Santana do Seridó, Açú e Currais Novos.

Em Mossoró, o dia de Santo Antônio coincide com a data em que a cidade resistiu ao cerco do bando de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, rei do cangaço, informou. Essa história é contada todos os anos em uma grande encenação pública. Já a cidade de Açú tem "o São João mais antigo do Brasil", disse.

As festividades na capital, Natal, onde "muitos e muitos arraiais acontecem todos os dias", foram também exaltadas por Rosalba.

A senadora pediu mais atenção para a infraestrutura turística do estado, uma vez que o aeroporto da capital recebe atualmente mais do que o dobro de passageiros do que a capacidade para a qual foi planejado.

Nery destaca exposição Miriti: arte da Amazônia, de artesãos de Abaetetuba

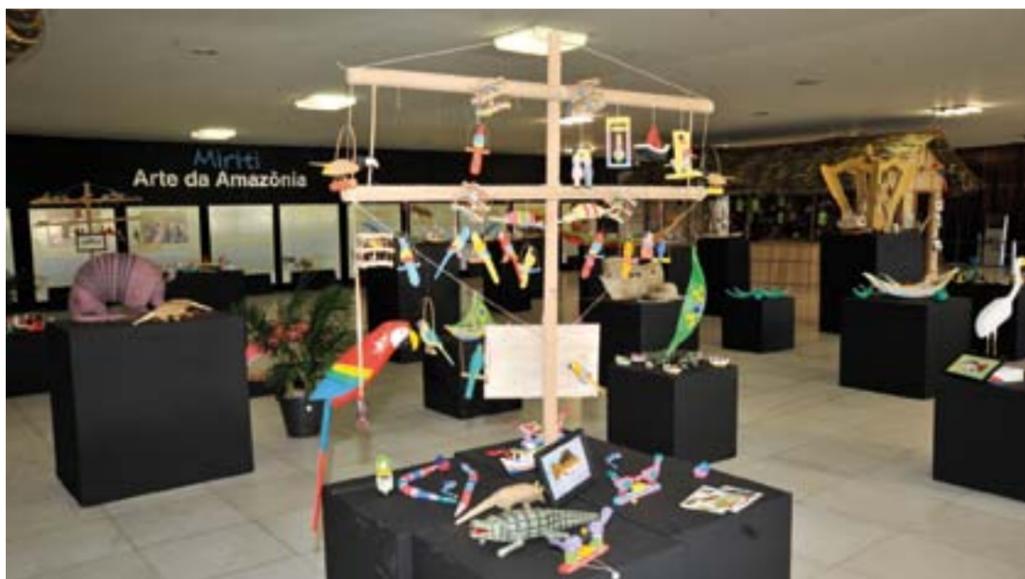
Senador diz que a mostra "representa um pouco da alma e da inventividade do povo paraense", além de dar um grande exemplo de como a arte pode dignificar a pessoa, gerar renda, fortalecer e afirmar raízes culturais

JOSÉ NERY (PSOL-PA) destacou em Plenário a abertura, no Salão Branco do Congresso Nacional, da exposição Miriti: arte da Amazônia, que poderá ser visitada até o dia 22. A mostra reúne objetos decorativos e brinquedos feitos com a fibra da palmeira miriti por famílias de artesãos do município paraense de Abaetetuba, localizado a 51 quilômetros de Belém.

A maioria das peças reproduz temas ligados ao universo amazônico, como embarcações, animais e símbolos da procissão católica do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, realizada anualmente no segundo domingo do mês de outubro, em Belém. O visitante da exposição também poderá conhecer uma casa feita de miriti e palha, onde os artesãos exibem o processo de fabricação das peças expostas, que podem ser encomendadas e adquiridas a preços módicos.

Esta é a primeira vez em que artesãos de miriti expõem seus trabalhos no Congresso Nacional, ressaltou José Nery. O senador disse que o miriti, também conhecido como buriti em algumas regiões brasileiras, é uma palmeira "abençoada", que pode ser associada à Abaetetuba, cidade onde o parlamentar, cearense de nascimento, reside há 25 anos.

– [Os artesãos] nos dão um grande exemplo de como a arte pode dignificar a pessoa, gerar



Mostra no Salão Branco do Congresso exhibe peças que reproduzem animais e instrumentos ligados ao universo da região

renda, fortalecer e afirmar nossas raízes culturais. A exposição representa um pouco da alma, da criatividade, da inventividade do povo paraense – afirmou.

Turismo

José Nery observou que a arte popular também poderá fortalecer a política do turismo no Pará, estado que conta com uma variedade de belezas naturais como florestas e praias de rios. O senador destacou a participação dos artesãos de Abaetetuba na Feira de Agricultura Familiar, que se realiza na Esplanada dos Ministérios. Eles também estarão presentes na Feira Internacional de Tu-

rismo da Amazônia, que será montada no Hangar Centro de Convenções, em Belém, de 12 a 15 de outubro.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter ficado impressionado ao conhecer o trabalho dos artesãos daquele município paraense. Ele disse que os brinquedos e objetos coloridos da mostra devem agradar principalmente às crianças.

– Leverei alguns para os meus cinco netos – disse Suplicy, após recomendar uma visita à exposição.

A exposição Miriti: arte da Amazônia é realizada pelo Senado por iniciativa de José Nery, com apoio da Associação dos Ar-

tesãos de Miriti de Abaetetuba (Asamab), da Associação Arte Miriti de Abaetetuba (Miritong), do governo do Pará e da Prefeitura Municipal de Abaetetuba. A mostra foi aberta ontem, com a presença de Augusto Botelho (PT-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Romeu Tuma (PTB-SP), Mário Couto (PSDB-PA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Serys SIlhessarenko (PT-MT), Jayme Campos (DEM-MT) e Heráclito Fortes (DEM-PI), além da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e da prefeita de Abaetetuba, Francinete Carvalho. O horário de visitação é das 9h30 às 17h, inclusive no sábado e no domingo.



Neuto De Conto: reportagem mostra que 1 bilhão de pessoas passa fome

Neuto De Conto quer prevenção de catástrofes

Neuto De Conto (PMDB-SC) citou dados apontados em reportagem da revista *Star Magazine*, de Santa Catarina, a respeito das projeções para o futuro da Humanidade e do planeta Terra. Para o senador, é preciso que os cidadãos se unam aos homens públicos para que as catástrofes previstas pelos cientistas não venham a se concretizar.

Entre as informações citadas na matéria "O planeta pede socorro" e que chamaram a atenção de Neuto De Conto, ele destacou que, atualmente, cerca de 20% da população mundial consomem 80% dos recursos do planeta. Em torno de 1 bilhão de pessoas, de acordo com a reportagem, passa fome.

O senador também destacou que o mundo gasta 12 vezes mais com armamentos e operações militares do que com ajuda humanitária.

Arquipélago do Marajó está abandonado, afirma Mário Couto

O arquipélago do Marajó, no Pará, não tem recebido atenção das autoridades e se encontra quase nas mesmas condições em que estava há 60 anos, ressaltou ontem o senador Mário Couto (PSDB-PA).

Os serviços de saúde, educação e segurança são deficientes em todo o estado do Pará, mas Marajó enfrenta a situação mais grave.

De acordo com Mário Couto, no arquipélago a violência chegou a nível insuportável e os hospitais de muitos municípios do estado não têm médicos para atender à população.

O senador pediu ao governo do Pará providências contra o abuso sexual de crianças e adolescentes do Marajó. Ele informou também que vai encaminhar solicitação nesse sentido ao Ministério Público do estado.

Mário Couto defendeu ainda a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição (PEC 300/08) que estabelece piso salarial nacional para policiais militares e bombeiros. No entendimento do parlamentar, não deve haver diferença salarial para esses trabalhadores em cada estado.



Relegadas, ilhas têm condições agravadas pela violência, aponta o senador

Decisão sobre assentos no Parlasul pode ser adiada

A definição política do número de assentos a que terá direito cada país no Parlasul – esperada para a próxima reunião de cúpula do bloco, a ser realizada em San Juan, na Argentina, em julho – poderá ficar para o final do ano. A delegação argentina tem condicionado a adoção do critério de proporcionalidade a uma revisão do Regimento Interno do Parlasul, que adotaria maioria qualificada para decisões mais importantes.

A eleição direta dos futuros integrantes do Parlasul depende da prévia definição de quantos parlamentares serão eleitos pelos países que integram o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Segundo acordo firmado no ano passado, em uma primeira etapa o Brasil teria 37 parlamentares, enquanto a Argentina teria 26 e Uruguai e Paraguai, 18 cada. A partir de 2014, o Brasil passaria a ter 75 parlamentares, a Argentina 43 e os dois sócios menores 18 cada. A Venezuela, quando integrada ao bloco, elegeria 31 representantes.

O acordo precisa ser referendado pelo Conselho do Mercado Comum, que se reunirá em julho para marcar o final da presidência argentina do Mercosul. Mas a decisão pode ficar para o próximo semestre, quando o Brasil ocupar a presidência do bloco.

– A consolidação do Parlamento do Mercosul está emperrada pela falta de definição do critério de proporcionalidade, pois só poderemos ter a eleição dos parlamentares quando soubermos quantos serão eleitos – afirmou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG),

que integra o Parlasul e preside a Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) prevê dificuldades para se alcançar um acordo durante a próxima cúpula.

– De um lado, as eleições no Brasil estão atraiendo as atenções neste momento. De outro, existem difíceis negociações com a Argentina e com o Paraguai, neste caso sobre Itaipu e sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul, que o parlamento paraguaio ainda não aprovou. Tudo isso pode jogar a definição do critério de proporcionalidade para o final do ano – previu.

Segundo o Regimento Interno, a maioria qualificada – por meio da qual se exige o voto afirmativo da maioria absoluta da representação de cada país – atualmente é necessária apenas para reforma do próprio regimento, mas pode ser ampliada para outras situações, caso prevaleça a proposta argentina. Nesse caso, as principais decisões do Parlasul só seriam tomadas com a aprovação da maioria dos integrantes de cada bancada nacional, independentemente do número de parlamentares de cada país.

– Com isso, as votações ficariam mais difíceis. Além do mais, que poder terão as minorias, se as decisões forem tomadas por quórum qualificado? – questiona o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), ex-presidente do Parlasul.

Para integrantes da Representação Brasileira, proporcionalidade será decidida no segundo semestre



O ex-delegado da PF Onésimo Sousa (E) depõe na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, ao lado de Eduardo Azeredo e Romeu Tuma

Delegado aposentado confirma convite para investigar José Serra

Onésimo Sousa disse ter recebido proposta de assessores da campanha de Dilma Rousseff, que inicialmente o contratariam para serviços de segurança ao comitê da candidata do PT à Presidência da República

O DELEGADO APOSENTADO da Polícia Federal Onésimo Sousa confirmou ter recebido convite para investigar o candidato à Presidência da República pelo PSDB, José Serra. Ele falou ontem aos parlamentares integrantes da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência (CCAI).

A comissão convidou o ex-delegado para esclarecer matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual Onésimo Sousa teria se reunido com Luiz Lanzetta, então assessor da campanha da candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, para tratar de supostas investigações sobre Serra. Segundo informações publicadas pela imprensa, Lanzetta deixou a campanha

de Dilma após a denúncia.

O convite, segundo o delegado aposentado, teria partido dos jornalistas Luiz Lanzetta e Amaury Ribeiro e do empresário Benedito de Oliveira Neto. Onésimo Sousa disse que, no começo, o encontro fora marcado para negociar a prestação de serviços de segurança ao comitê de campanha de Dilma. Pelos serviços, ele receberia R\$ 1,6 milhão, em dez parcelas de R\$ 160 mil. O ex-delegado disse que, ao ser informado da segunda proposta (espionar Serra), desistiu do negócio.

– Eu não aceitei e não voltei a falar com aquelas pessoas. A recusa foi minha, embora o Lanzetta esteja afirmando que eu me apresentei e me ofereci com um

plano detalhado – afirmou Onésimo Sousa, segundo o qual o grupo desejava investigar também o deputado Marcelo Itagiba.

Conforme o ex-delegado, o encontro com o grupo teria sido articulado pelo ex-sargento da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo, que também foi convidado a comparecer à audiência da comissão, mas não respondeu ao convite.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) perguntou a Onésimo Sousa se ele tem influência sobre órgãos oficiais da Inteligência, podendo receber informações privilegiadas. O ex-delegado garantiu que não, apesar de ter vários amigos trabalhando para setores estratégicos de segurança do governo.

Heráclito: CPI vai apurar denúncia sobre Guarulhos

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), deve propor na próxima semana pedido para que o colegiado apure denúncias de irregularidades na aplicação de recursos federais transferidos pela prefeitura de Guarulhos (SP) a duas entidades privadas desse município. A informação é de que os desvios de verbas, desde 2002, chegam a R\$ 37 milhões, em grande parte para uso em campanhas políticas de candidatos pelo PT.

Heráclito abordou o assunto após receber em seu gabinete o vereador Ricardo Rui (PPS), da Câmara Municipal de Guarulhos. A expectativa do vereador é de que a atuação da comissão possa acelerar as investigações, contribuindo para definir responsabilidades. Segundo ele, o prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida, do PT, sua esposa e pessoas do seu grupo político estão diretamente envolvidos.

Conforme as denúncias, os recursos teriam sido repassados às entidades Casa de Cultura Água e Vida e Instituto de Promoção Social Água e Vida. A primeira foi fundada em 2001, e a segunda, dois anos mais tarde, ambas tendo como presidente Maria Alves de Almeida, esposa do atual prefeito, Sebastião Almeida.

Sempre pelo PT, Almeida foi eleito vereador em 2000, passando a deputado estadual dois anos mais tarde, com reeleição em 2006, tendo assumido a prefeitura em 2008. No período de 2000 a 2008, a prefeitura foi ocupada por Elói Pietá, também petista, aliado político de Sebastião Almeida.

Desde que foram criadas, as duas ONGs



Presidente da CPI das ONGs, Heráclito Fortes (E) recebe informações do vereador Ricardo Rui

teriam recebido recursos federais, de forma contínua, por intermédio da prefeitura. Somente em 2008, o atual prefeito teria repassado às entidades R\$ 20 milhões do programa Saúde da Família, para assistência médica e odontológica e atendimento a idosos. Mas, segundo o vereador, os serviços sempre ficaram abaixo do previsto nos convênios.

– As denúncias que nos foram trazidas pelo vereador mostram um retrato do uso indevido das ONGs no Brasil. A partir do momento em que os praticantes dos atos sabem que as punições não acontecem ou, se acontecem, é de maneira morosa, muitos começam a agir porque confiam na impunidade.

Os fatos foram também resumidos por Heráclito em correspondências dirigidas

ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, e ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O senador teme que as apurações não avancem por meio da Câmara Municipal de Guarulhos, onde a oposição enfrenta dificuldades para fiscalizar as ações da prefeitura.

Heráclito admitiu que a própria CPI das ONGs enfrenta obstáculos para sua atuação. Segundo ele, a base governista vem sistematicamente agindo para impedir a apuração de denúncias sempre que os fatos envolvem entidades e pessoas próximas aos “círculos petistas”. Por isso, embora deseje propor a vinda dos envolvidos nas denúncias em Guarulhos à comissão, disse temer que isso não aconteça.

Senador ressalta a importância de lei apresentada por Magno Malta para rastrear os condenados a prisão domiciliar e com limitação de horários ou frequência a certos locais

Tuma comemora sanção do monitoramento eletrônico

O SENADOR ROMEU Tuma (PTB-SP) comemorou ontem a sanção pelo presidente Lula da Lei 12.258/10, oriunda do projeto de lei do Senado (PLS 175/07), do senador Magno Malta (PR-ES), que autoriza o monitoramento eletrônico de apenados, nos casos de saída temporária, no regime semiaberto ou de prisão domiciliar.

Conforme o texto sancionado pelo presidente, a monitoração eletrônica poderá ser realizada no condenado sob prisão domiciliar e pena restritiva de direito que estabeleça limitações de horários ou da frequência a determinados lugares.

Em caso de violação do equipamento, o condenado poderá sofrer regressão do regime ou revogação da saída temporária, do livramento condicional ou ainda da prisão domiciliar, bem como da conversão da pena restritiva de direito em pena privativa de liberdade.

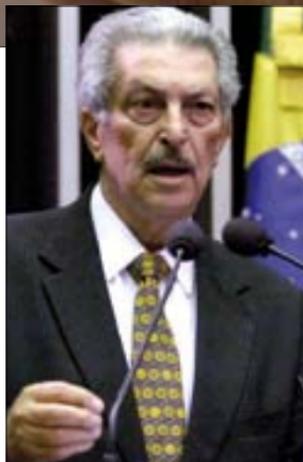
– A tornozeira não precisa ficar exposta. Ela fica sob a calça, sob a camisa. A pulseira



Tornozeira usada pela polícia do Texas, Estados Unidos: segundo Romeu Tuma, dispositivo não precisa ficar exposto

eletrônica ou a tornozeira eletrônica, sem dúvida nenhuma, vai ter uma eficiência grande para acompanhar os presos que recebem o benefício – disse Tuma, referindo-se aos casos de saída temporária ou prisão domiciliar.

O senador Augusto Botelho (PT-RR) manifestou seu apoio à fala de Romeu Tuma.



Igor P. Central

Geraldovagela

Portal LexML recebe menção na pesquisa World e-Parliament

Realizado pelo Prodasen, órgão de informática do Senado, o projeto LexML Brasil, que reúne em um portal na internet toda a legislação brasileira e os projetos em andamento no Congresso, recebeu menção especial na versão de 2010 da pesquisa World e-Parliament. O relatório consiste em um levantamento sobre as inovações tecnológicas no âmbito dos legislativos em todo mundo.

Especializado em informação jurídica e legislativa, o portal LexML (www.lexml.gov.br) é uma rede que integra informações dos diversos portais governamentais na internet. Nele, é

possível pesquisar leis, decretos, acórdãos, súmulas e projetos de leis, entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil.

A pesquisa World e-Parliament (<http://www.ictparliament.org/index.php/home/483>) é encomendada pelo Global Centre for Information and Communication Technologies in Parliament, órgão que, por sua vez, resulta de uma parceria entre a Undesa (departamento da ONU relacionado à administração pública) e a Inter-Parliamentary Union (IPU).

Senado debate: em discussão!



A íntegra de debates nas comissões do Senado está na revista *em discussão!*, um jeito novo de divulgar as atividades dos senadores. Acompanhe!

www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao

O jornalista e consultor de redes sociais Manoel Fernandes, da empresa @Bites, participou de palestra, ontem, no Senado. Ele falou a um público de profissionais da Casa sobre o poder de disseminação de informações que têm serviços como o Twitter, o Facebook e o Orkut. Ele também explicou como o chamado jornalismo de indexação, baseado em palavras-chave, pode fazer com que o conteúdo de uma empresa, de um órgão público ou mesmo de um político apareça com destaque em serviços de busca, a exemplo do Google.



WaldemirBarreto

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Romeu Tuma • Augusto Botelho • José Nery

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Moradores de rua fazem copa mundial

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) protestou contra a falta de apoio no Brasil à Homeless World Cup 2010. A oitava "copa mundial de futebol de moradores de rua", a ser realizada em setembro, no Rio de Janeiro, até agora não recebeu "nenhum centavo" do governo federal. A seleção brasileira "não tem nem patrocinadores" e a prefeitura do Rio, disse Cristovam, garantiu apenas a construção do tablado para os jogos, na praia de Copacabana.

A copa dos moradores de rua reunirá atletas de 66 seleções do mundo, seus integrantes são pessoas "excluídas, pobres, sem casa" e as delegações contam com o patrocínio de grandes empresas. Essa competição faz parte dos movimentos internacionais pela paz e pela transformação social, disse Cristovam. Ele afirmou ter tomado conhecimento sobre a realização dessa copa no Brasil por ter recebido um dos organizadores da competição.

– Não é possível que, quando se gastam bilhões com a realização da Copa Mundial de Futebol, não haja sensibilidade de empresas e governos, inclusive companhias estatais, para a importância deste evento – acrescentou.

De acordo com o senador, os jogadores das seleções que participam desta copa são escolhidos "entre aqueles mais pobres entre os pobres, em verdadeira situação de risco, moradores de rua mesmo". Cristovam entende que será "uma vergonha para o Brasil" se não houver instalações adequadas para os atletas e nem patrocínio para o selecionado brasileiro. A competição já foi realizada em países como Itália, Austrália, Suécia e Dinamarca. A edição de 2011 ocorrerá na França e a de 2012, na Polônia.



Cristovam Buarque: competição integra movimentos pela paz

Proposta de Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê que responsabilidade pelo tratamento do lixo dos serviços de saúde seja das instituições que o produziram

Para Yanai, poder público deve assumir lixo hospitalar

O SENADOR JORGE Yanai (DEM-MT) cobrou ontem a adoção de uma legislação adequada para o tratamento do lixo hospitalar. Para o senador, o momento é propício, já que o Senado examina o texto da Câmara dos Deputados sobre projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Yanai discorda do que determina o texto sobre a responsabilidade pela coleta e pela destinação final ambientalmente adequadas dos resíduos de serviços de saúde – atribuídas aos geradores do material. Para o senador, essa medida aumentará o custo dos serviços aos usuários, aos quais será repassada a conta. Além disso, acrescentou, deixar a coleta e a destinação final a cargo do poder público representa uma garantia de que o procedimento será feito de acordo com padrões técnicos adequados.

– A destinação do resíduo gerado pela saúde é questão de saúde pública e, por essa razão, é de responsabilidade do Estado. O gerenciamento do resíduo, com certeza, deve ser obrigação de quem o gerou, ou seja, das clínicas, hospitais, consultórios, mas a destinação final não. O município deve ser o responsável pelo seu recolhimento e destinação final, por ser um material de risco e merecer tratamento adequado, pois é uma questão de saúde pública – disse.



Yanai argumenta que setor privado não garante padrões técnicos adequados

Como exemplo do que pode acontecer quando a responsabilidade pelo resíduo hospitalar fica a cargo das clínicas, o senador mencionou reportagem do jornal *Correio Braziliense* segundo a qual clínicas da Asa Sul, em Brasília, estariam descartando os resíduos que produzem em contêineres espalhados em plena rua, sem os cuidados requeridos.

De acordo com o senador, o procedimento passou a ser adotado há cerca de um ano, quando uma lei em vigor no Distrito Federal determinou que o recolhimento do lixo hospitalar passasse a ser responsabilidade de quem o produz.

Situação parecida estaria acontecendo na cidade de Sinop (MT) onde notícias dão conta de que o lixo hospitalar estaria sen-

do jogado em valas, a céu aberto, e posteriormente enterrado no lixão municipal, com o risco de contaminação de nascentes e do lençol freático.

– Se temos problemas e desvios na destinação desse tipo de resíduo, em cidades tão diferentes como Sinop e Brasília, uma capital do "Nortão", a outra capital do país, isso, certamente, pode ser corrigido pela adoção de uma legislação adequada – disse o senador.

No texto da Câmara, o lixo hospitalar está incluído na categoria dos resíduos perigosos, definidos como aqueles que, por suas características específicas, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com leis, regulamentos ou normas técnicas.



Lixo odontológico irregular é encontrado por fiscais da vigilância sanitária nas ruas de Poá (SP)

Augusto elogia política de saúde para servidores públicos federais

O senador Augusto Botelho (PT-RR) elogiou ontem a Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal. Segundo ele, o governo federal conseguiu vencer o desafio de construir uma "política transversal" com os diferentes órgãos da administração pública federal, com diretrizes centrais de natureza normatizadora, mas de implantação desconcentrada e coletivizada, por meio da gestão participativa dos atores

envolvidos.

Na avaliação de Augusto Botelho, com a criação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass) será possível promover a saúde e a vigilância dos ambientes e processos de trabalho, fundamentadas em gestão com base em informações epidemiológicas. A iniciativa, observou Augusto, vai propiciar um novo paradigma da relação entre saúde e trabalho no serviço público.



Augusto Botelho: implantação das diretrizes será desconcentrada



Setor emprega 1,7 milhão de brasileiros, afirma senador

Suplicy: "Moda promove hoje a inclusão social"

"A moda, que já foi um fator de exclusão, promove hoje a inclusão social", afirmou ontem Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele disse que compartilha essa opinião com a estilista Glorinha Kalil, considerada por ele uma das pessoas que mais acompanham a moda no Brasil e no mundo.

O senador afirmou que há algum tempo se interessa pelo São Paulo Fashion Week (SPFW), evento de "extraordinária importância para a economia brasileira", que gera 5 mil empregos diretos. O SPFW, acrescentou, envolve uma cadeia imensa de profissionais, formada por estilistas, modelos, produtores, jornalistas, cabeleireiros, músicos, costureiros e técnicos em geral.

A própria indústria da moda, segundo Suplicy, reúne 30 mil empresas, movimenta R\$ 50 bilhões ao ano e emprega 1,7 milhão de brasileiros, sendo responsável por 17% do produto interno bruto (PIB).

Economia

O SPFW deste ano, encerrado em 14 de junho, teve uma programação paralela no Museu de Arte Moderna, que discutiu a economia criativa – uma estratégia da moda para o desenvolvimento econômico do Brasil.

A ideia, conforme o senador, é focada na economia que não se produz com matérias perecíveis e sim, sustentavelmente, com a valorização da beleza, da criatividade, da arte e da cultura.

Suplicy destacou as oportunidades de crescimento proporcionadas pela economia criativa, que lida com valores que não se esgotam, pois, ao contrário, se multiplicam.

A geração de uma economia criativa, de acordo com profissionais da área citados pelo senador, está intimamente ligada à agregação de vários setores, formando uma cadeia bem conectada.



Para Mão Santa, veto torna reajuste uma vitória de Pirro

Mão Santa: veto tem que ser derrubado

O senador Mão Santa (PSC-PI) defendeu na quarta-feira a derrubada do veto presidencial à extinção do fator previdenciário. Para ele, o veto transformou o reajuste de 7,72% aos aposentados e pensionistas da Previdência Social que ganham mais de um salário mínimo em uma "vitória de Pirro". Trata-se de uma conquista que não traz grandes benefícios, uma vez que o valor real acrescido aos vencimentos é irrisório, explicou.

Na avaliação do senador, mais importante para os trabalhadores é o fim do fator previdenciário – também aprovado pelo Congresso e vetado pelo presidente Lula. A aplicação do fator previdenciário ao cálculo das aposentadorias, afirmou Mão Santa, reduz justamente os vencimentos daqueles trabalhadores que estão nas faixas salariais mais baixas.

– Quem ganha, como a grande maioria, salário mínimo, vai ganhar R\$ 10 [com o reajuste]. É bom? É bom. Mas a grande conquista seria enterrar o fator previdenciário – disse o senador, sugerindo que as duas Casas do Parlamento se unam para derrubar o veto.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por sua vez, considerou que o presidente Lula sancionou o aumento por ser 2010 um ano eleitoral. Como o Congresso Nacional aprovou o reajuste, o presidente iria se indispor com os eleitores caso vetasse o reajuste aos aposentados, acrescentou. O senador Romeu Tuma (PTB-SP) também ressaltou o trabalho do Congresso em conjunto com a sociedade pela aprovação do reajuste.

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que, mesmo que a sanção presidencial seja por motivos eleitorais, o importante é que os aposentados e os pensionistas serão beneficiados.

Paim também considerou a possibilidade de derrubada do veto ao fim do fator previdenciário, defendendo que ela seja feita por meio de votação aberta.

Parlamentar afirma que o presidente da República sofreu pressões inclusive dos ministros da Fazenda e do Planejamento, mas mesmo assim ficou a favor da concessão do reajuste de 7,72%

Paim diz que decisão de Lula sobre aposentados foi corajosa e ousada

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) afirmou que a decisão de Lula ao sancionar o projeto de lei que concede o reajuste de 7,72% aos aposentados e pensionistas que recebem mais de um salário mínimo foi "corajosa e ousada". Paim lembrou que o presidente da República sofreu todo tipo de pressão, inclusive dos ministros da Fazenda e do Planejamento, mas mesmo assim ficou em favor dos aposentados. Com a medida, os segurados da Previdência Social que receberam o reajuste anterior – de 6,14%, em janeiro – terão direito à diferença.

A respeito do fator previdenciário, cuja extinção foi vetada pelo presidente, o parlamentar disse que um projeto (PLS 296/03) de sua autoria, que se encontra na Câmara, também determina o fim desse instrumento que reduz o valor das aposentadorias. Em apertes, Paim foi cumprimentado por Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Mão Santa (PSC-PI), por sua longa luta em favor dos aposentados.

Igualdade racial

Paim, que havia solicitado urgência para a votação da proposta que cria o



Paim promete continuar lutando para aperfeiçoar o Estatuto da Igualdade Racial

Estatuto da Igualdade Racial, aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça e no mesmo dia pelo Plenário do Senado, lamentou a retirada, do texto final, de todos os itens alusivos à política de cotas para negros, sendo apoiado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

– Não é o dos nossos sonhos, mas, com certeza, apesar das mudanças

que houve em relação ao projeto original que apresentei, ele avança. Isso não significa que a luta vai parar – afirmou.

Paulo Paim prometeu ainda que vai continuar lutando para a incluir no estatuto e na legislação tudo aquilo que constava no projeto original e não pôde ser aprovado neste momento.

Agripino parabeniza Lula por sancionar aumento

O senador José Agripino (DEM-RN) parabenizou o presidente Lula pela sanção à lei que dá aumento de 7,72% aos aposentados que recebem mais de um salário mínimo. Também enalteceu o Executivo pela sanção da MP 472, que perdoou dívidas de até R\$ 10 mil de pequenos agricultores.

O líder do DEM lembrou que as aposentadorias e pensões vinham tendo reajustes bem menores do que os concedidos ao salário mínimo, resultando em um achatamento salarial que crescia ano a ano. José Agripino, no entanto, lamentou o veto presidencial apostado ao dispositivo que acabava com o fator previdenciário, que é uma fórmula utilizada para reduzir o valor de aposentadorias de pessoas com menos idade.



Achatamento salarial de aposentadorias e pensões crescia ano a ano, diz José Agripino

O senador lembrou que o governo hesitava em aprovar o perdão da dívida de até R\$ 10 mil para pequenos

produtores rurais, mesmo depois de o Brasil ter perdoado a dívida de países como Bolívia, Paraguai, Gabão, Moçambique e Nigéria – este, produtor de petróleo –, que totalizavam R\$ 1,6 bilhão.

– O governo hesitava em ceder o perdão a brasileiros que garantiam seu próprio emprego – afirmou o senador.

José Agripino relatou diversas contribuições do Parlamento para a população, como as reformas da Previdência e do Judiciário, a aprovação de medidas de proteção aos pescadores e o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– Se o governo não pensa na maioria, nós, parlamentares, pensamos e a defendemos – ressaltou o senador.

Serys comemora reajuste para aposentados

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) saudou a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de sancionar o reajuste de 7,72% aos aposentados que ganham mais de um salário mínimo.

Serys ressaltou que a decisão de confirmar o reajuste aprovado pelo Congresso foi tomada após quatro horas de reunião de Lula com a equipe econômica do governo.

– Foi uma sábia e necessária decisão, que exigirá alguns ajustes para garantir o equilíbrio fiscal, a solidez das contas públicas e a obtenção do superávit primário. Mas vale a pena – afirmou a senadora.

Serys também saudou a Associação de Aposentados e Pensionistas do Mato Grosso e as iniciativas do atual governo para reduzir a desigualdade social. Segundo ela, o Executivo tem feito a opção correta em gerar empregos para as classes C e D.

– É evidente que ainda estamos longe do que desejamos, mas o importante é que conquistas estão sendo feitas. Houve significativos avanços em antigas reivindicações que nunca saíram do papel – observou a senadora.

Em aparte, Serys foi saudada pelo senador Augusto Botelho (PT-RR).



Decisão exigirá alguns ajustes para garantir equilíbrio fiscal, afirma Serys



Mário Couto criticou veto ao fim do fator previdenciário

Para Mário Couto, foi uma vitória do Congresso

Ao ressaltar a importância da sanção do reajuste de 7,72% às aposentadorias e pensões da Previdência superiores ao salário mínimo, o senador Mário Couto (PSDB-PA), a exemplo do senador Mão Santa (PSC-PI), criticou o veto ao fim do fator previdenciário.

– Foi uma vitória de todos os senadores e dos deputados federais. Aconselhado por alguns ministros a vetar a medida provisória, o presidente preferiu dar o aumento aos aposentados. Não sei se o presidente Lula temeu a época eleitoral. Prefiro achar que não – analisou.

Na avaliação de Mário Couto, o presidente da República teria cedido às pressões do Congresso, que se pronunciou durante muito tempo em defesa dos aposentados. O senador criticou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que teria ameaçado cortar emendas parlamentares para compensar os gastos com o aumento dos aposentados.

Pré-sal

Mário Couto também lamentou que alguns parlamentares tenham votado contra a Emenda Simon durante a análise dos projetos relativos ao pré-sal. A emenda determina a distribuição dos royalties do petróleo entre todos os estados e prevê que a União deve ressarcir os estados produtores pelas perdas decorrentes.

– Vi senadores da República, que são colocados aqui neste Plenário pelos seus estados, votarem contra seus estados. Eu vi. Porque não podem desobedecer às ordens do rei. Porque, se o fizerem, ele corta todos os seus benefícios e eles não sobrevivem politicamente – disse.

O senador Paulo Paim (PT-RS) agradeceu a Mário Couto o apoio recebido à aprovação do projeto de reajuste das aposentadorias. Mão Santa (PSC-PI) também afirmou que as aposentadorias são pagas pelos próprios trabalhadores, e não pelo governo ou pela Previdência Social.